

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV
RELATÓRIO DE REVISÃO TRIMESTRAL
1º TRIMESTRE 2023

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2023.

Aos Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV
VITÓRIA-ES

REF.: RELATÓRIO DA REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EMITIDAS EM 31 DE MARÇO DE 2023.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis Intermediárias acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS INTERMEDIÁRIAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório de Revisão dos Auditores Independentes”, nossa conclusão definitiva sobre as peças contábeis intermediárias emitidas por V.Sas. no primeiro trimestre de 2023.

1 – RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Conselheiros da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV
Vitória - ES

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTI em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R1) - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Destituição dos Membros do Conselho de Administração.

Em 2021, a organização destituiu os membros do Conselho de administração da CDTIV. Até a data de emissão deste Relatório, a Companhia, se encontrava sem este colegiado, órgão estatutário, de composição da administração da CDTIV. No art. 22 do estatuto social da CDTIV, são atribuídas as competências do Conselho de Administração, que é o órgão de administração e de deliberação

colegiada da Sociedade. Suas competências estão expressas no referido artigo, entre as quais, no inciso V: manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva e pareceres prévios à deliberação do Conselho de Administração sobre matérias específicas, por exemplo, relacionadas ao cumprimento das regras de Governança Corporativa (Estatuto - ART. 8º), regras de Transparência (Estatuto -ART. 9º), e regras quanto aos Mecanismos de Controle Interno (Estatuto - ART.10º). Os responsáveis pela governança da COMPANHIA DEDESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração de políticas, regimentos e normas de procedimentos, para possibilitar que a Companhia difunda informações suficientes em suas demonstrações contábeis para divulgação do seu resultado financeiro, em conformidade com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente. A Companhia permanece sem a constituição do Conselho de Administração.

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pelas situações descritas no parágrafo base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Vitória ES, 22 de agosto de 2023.

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CRC RJ 008323/O-7 ES
Márcio de Mendonça Fernandes
Contador CRC RJ 108281/O-0 ES
CNAI N° 4243
Sócio - Responsável Técnico

2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS INTERMEDIÁRIAS



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTIV

DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO 1 TRIM-2023

**Vitória - ES
31 de março de 2023**

Prefeito de Vitória
Lorenzo Silva de Pazolini

Vice-Prefeito de Vitória
Estéfane da Silva Franca Ferreira

Conselho Fiscal
Miguel dos Santos Costa
Mônica Cristina Vieira Meira Kandler
Riller Pedro Sidequerky

Diretoria Atual
Marcus Gregório Serrano – Diretor-Presidente
Donatila Lima Nava Martins – Diretora Administrativo-Financeira
Jeanine Valdetaro de Amorim Gomes – Diretora de Turismo
Diego Campana Fiorot – Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Bárbara Ohanna Moreira – Diretora de Inovação
João Pereira Gomes – Advogado-Geral

Contabilidade
Clarissa Vassem Campos - CRC ES-18.421/O-2 – Contabilidade Pública
Alexsander Carvalho Nunes – CRC ES – 10.948/O-7 - Contabilidade Comercial

Balancos patrimoniais em 31 de março
Em reais

Ativo	Nota	31/03/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Circulante		3.633.464,71	4.981.762,55	Circulante		3.850.597,51	4.945.838,58
Disponibilidades		3.314.905,64	4.736.621,28	Fornecedores e outras contas a pagar	15	104.259,55	-
Bancos conta movimento	4	2.941.555,55	4.373.642,89	Obrigações fiscais	16	83.380,18	91.333,75
Aplicações financeiras	5	373.350,09	362.978,39	Obrigações Sociais	17	144.280,41	184.960,74
Direitos realizáveis		318.559,07	245.141,27	Provisões de férias e encargos	18	328.295,06	294.433,53
Contas a receber de concessionários	6	116.790,35	92.890,65	Outros passivos circulantes	19	109.382,31	106.310,56
Impostos e contribuições a recuperar	7	179.126,70	87.859,39	Antecipação de Recursos	20	3.081.000,00	4.268.800,00
Almoxarifado	8	5.977,74	5.444,79				
Adiantamentos	9	5.983,57	56.133,57				
Outros Créditos	10	5.468,04	-				
Adiantamentos de pessoal		5.212,67	2.812,87				
Não Circulante		8.946.457,12	8.550.707,49	Não Circulante		267.125,03	267.125,03
Realizável a Longo Prazo		56.080,77	61.176,13	Provisões para contingências	21	267.125,03	267.125,03
Contas a receber de concessionários	6	45.093,97	50.189,33				
Depósitos judiciais	11	10.986,80	10.986,80				
Investimentos		8.431.841,00	8.431.841,00	Patrimônio líquido		8.462.199,29	8.319.506,43
Investimentos		8.431.841,00	8.431.841,00	Capital social	22	3.740.825,00	3.740.825,00
Imobilizado		435.299,92	31.353,23	Ajustes de Avaliação Patrimonial	23	5.768.065,00	5.768.065,00
Imobilizado		435.299,92	31.353,23	Reserva Legal	24	18.487,25	18.487,25
Intangível		23.235,43	26.337,13	Prejuízos Acumulados		(1.065.177,96)	(1.207.870,82)
Intangível		23.235,43	26.337,13				
Total do ativo		12.579.921,83	13.532.470,04	Total do passivo e patrimônio líquido		12.579.921,83	13.532.470,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Às informações Trimestrais em 31 de março

Em reais

	Nota	01-jan-2023 a 31-mar-2023	01-jan-2022 a 31-mar-2022
Receita de subvenções		R\$5.258.739,00	R\$4.147.000,00
Receita de concessões		R\$293.077,35	R\$275.543,84
(-) Deduções das receitas de serviço		(27.109,65)	(25.487,80)
Receita Líquida / Lucro Bruto	25	5.524.706,70	4.397.056,04
Despesas gerais e administrativas	26	(5.402.410,33)	(4.449.450,46)
Depreciação e Amortização	26	(27.600,79)	(24.924,60)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	27	(14.225,58)	
(+) Outras receitas	28	4.473,04	87.161,91
(+) Reversão de provisões	29	16.538,69	380.980,62
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		101.481,73	390.823,51
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	30	75.559,98	36.394,56
Lucro antes dos Tributos		177.041,71	427.218,07
Contribuição Social	31	(11.827,75)	(22.556,49)
Imposto de Renda	31	(26.854,87)	(56.656,91)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		138.359,09	348.004,67
Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado		3.740.825	3.740.825
Lucro (Prejuízo)Líquido por Ação do Capital Social		0,0370	0,0930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

Discriminação	Capital social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	3.740.825,00	-	18.487,25	5.768.065,00	1.015.437,08	8.511.940,17
Lucro do período		348.004,67				348.004,67
Constituição de Reserva Legal						-
Compensação Prejuízos Acumulados		(348.004,67)			348.004,67	-
Ajuste de exercícios anteriores					(8.713,53)	(8.713,53)
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-	-
Saldos em 31/03/2022	3.740.825,00	-	18.487,25	5.768.065,00	676.145,94	8.851.231,31
Saldos em 31/12/2022	3.740.825,00	-	18.487,25	5.768.065,00	1.207.870,82	8.319.506,43
Prejuízo do período		138.359,09				138.359,09
Constituição de Reserva Legal						-
Compensação Prejuízos Acumulados		(138.359,09)			138.359,09	-
Ajuste de exercícios anteriores					4.333,77	4.333,77
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-	-
Saldos em 31/03/2023	3.740.825,00	-	18.487,25	5.768.065,00	1.065.177,96	8.462.199,29

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Às informações Trimestrais em 31 de março
em reais

	01-jan-2023 a 31-mar-2023	01-jan-2022 a 31-mar-2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	138.359,09	348.004,67
Ajustes por:		
Ajuste de exercício anterior		8.713,53
Ajuste no saldo de Depreciação Acumulada		(7.574,14)
Provisão Credito Liq. Duvidosa	(2.313,11)	
Recuperação de crédito PIS/COFINS	2.813,32	
Depreciação e amortização	27.600,79	24.924,60
Lucro líquido ajustado	166.460,09	374.068,66
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes		
Contas a receber de concessionários (CP e LP)	(16.491,23)	(138.404,86)
Outros Créditos	(7.867,84)	8.862,66
Adiantamentos	50.150,00	61.587,18
Impostos e contribuições a recuperar	(91.267,31)	(2.038,95)
Estoque	(532,95)	(431,09)
Fornecedores e outras contas a pagar	104.259,55	1.596.943,05
Antecipações PMV	(1.187.800,00)	-
Obrigações trabalhistas	-	1.580,20
Obrigações sociais	(40.680,33)	10.542,26
Obrigações fiscais	(7.953,57)	105.300,17
Outros passivos circulantes	3.071,75	(112.197,14)
Ajuste de exercício anterior	4.333,77	
Provisões de férias e encargos	33.861,53	49.553,31
Provisões para contingências	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais	(1.156.916,63)	1.581.296,79
Transferência para Investimento	-	-
Aquisição de Imobilizado	(431.259,10)	-
Aquisição de Intangível	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades investimento	(431.259,10)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades Financiamento	-	-
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalente caixa	(1.421.715,64)	1.955.365,45
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4.736.621,28	654.537,17
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	3.314.905,64	2.609.902,62
Varição de caixa e equivalente de caixa	(1.421.715,64)	1.955.365,45

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS TRIMESTRAIS EM 31 MARÇO DE 2023

1) Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES 3.345/86 e 5.948/03, e Decreto Municipal/ES 13.112/06. Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei 9.626/20, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTV e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente a uma denominação mais próxima de suas atribuições.

2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Trimestrais

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis trimestrais correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de março de 2023.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis Trimestrais foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 e NBC TG21 (R4) - Demonstração Intermediária.

A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei 4.320/64; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 9º edição e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis Trimestrais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b) Classificação dos ativos circulante e não circulante

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

d) Contas a receber de concessionários

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

e) Investimentos

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 12)

f) Imobilizado

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 13) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01.

g) Intangível

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 14).

h) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

i) Classificação dos passivos circulante e não circulante

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências (Nota 21) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDTV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k) Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2.

n) Estimativas Contábeis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis trimestrais requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis trimestrais.

4) Banco conta Movimento:

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	1 TRI/23	31/12/22
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.102,25	1.102,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	2.526.521,69	4.167.654,71
Banestes Concessão – 28.977.619	281.983,54	11.243,28
Banestes Bradesco – 13.126-1	131.948,07	193.642,65
Banco conta movimento	2.941.555,55	4.373.642,89

5) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	1 TRI/23	31/12/22
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	266.143,69	257.888,61
Banestes – Poupança/Caução	107.206,40	105.089,78
Aplicações financeiras	373.350,09	362.978,39

6) Contas a receber de concessionários:

A CDTV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

1 TRI/23	31/12/22
-----------------	-----------------

Clientes - Concessão - Ativo Circulante	131.015,93	109.429,34
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(14.225,58)	(16.538,69)
Contas a Receber – Ativo Circulante	116.790,35	92.890,65
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	2.718.195,71	2.716.902,94
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(2.673.101,74)	(2.666.713,61)
Contas a Receber – Ativo não Circulante	45.093,97	50.189,33

7) Impostos e contribuições a recuperar:

	1 TRI/23	31/12/22
CSRF a recuperar	1.110,01	1.110,01
IRRF a recuperar	4.054,43	4.054,43
IRPJ a recuperar	125.359,54	59.824,80
ISS a recuperar	1.333,22	1.333,22
CSLL a recuperar	47.010,54	21.536,93
PIS a recuperar	52,65	0,00
COFINS a recuperar	206,31	0,00
Impostos e contribuições a recuperar	179.126,70	87.859,39

8) Almoxarifado:

O Almoxarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia

	1 TRI/23	31/12/22
Almoxarifado	5.977,74	5.444,79

9) Adiantamento:

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários.

	1 TRI/23	31/12/22
Adiantamento de Férias	0,03	55.355,81
Adiantamento Sindismuvi	0,00	34,54
Adiantamento de Coopmetro	34,54	743,22

Adiantamento Vale Transporte	5.949,00	0,00
Adiantamentos	5.983,57	56.133,57

10) Outros créditos:

Refere-se ao aditivo de contrato seguros em grupo 248/2021, conforme processo 9808/2021 – Banestes Seguros, no valor de R\$ 7.290,72, apropriado mensalmente, conforme registro:

02/01/23	Contrato 248/2021, proc.9808/2021, Banestes Seguros.	7.290,72
31/01/23	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.01.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
28/02/23	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.02.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
31/03/23	Apropriação Seguro em Grupo, Ref.03.2023, Cf. Contrato 248/2021	(607,56)
	TOTAL	5.468,04

11) Depósito Judicial:

Pagto depósito judicial recursal - ação trabalhista Lucineia Gandes Freire - proc. 9704/21.

	1 TRI/23	31/12/22
Depósito Judicial	10.986,80	10.986,80

12) Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória - CDTIV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo), na época, de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o Terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDTIV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163 e 323/2021 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 8.431.841,00 para o terreno.

	1 TRI/23	31/12/22
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	5.768.065,00	5.768.065,00
Propriedade para Investimentos	8.431.841,00	8.431.841,00

13) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido de R\$ 92.197,14. O método de depreciação utilizado é o linear.

	Taxa de De- preciação	1 TRI/23	31/12/22
Móveis e Utensílios	10%	200.353,91	200.353,91
Aparelhos	10%	30.147,06	30.147,06
Som, Vídeo e Equipamentos	10%	8.496,90	8.496,90
Materiais Fotográficos e Equipamentos	10%	2.567,80	2.567,80
Equipamentos para Manutenção	10%	24.295,30	24.295,30
Maquinas de Produção	10%	127.330,40	127.330,40
Maquinas e Equipamentos	10%	715.618,38	715.618,38
Equipamentos de Informática	20%	835.217,63	403.958,53
Benfeitorias em Propriedade	4%	6.800,00	6.800,00
Máquinas de Escritório	10%	274,63	274,63
Total do Ativo Imobilizado		1.951.102,01	1.519.842,91
Depreciação Acumulada		(1.515.802,09)	(1.488.489,68)
Imobilizado Líquido		435.299,92	31.353,23

14) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

	1 TRI/23	31/12/22
Licenças	62.033,70	62.033,70
Uso de software	90.361,00	90.361,00
Bens intangíveis	152.394,70	152.394,70
Amortização Acumulada	(129.159,27)	(126.057,57)
Bens Intangíveis Líquidos	23.235,43	26.337,13

15) Fornecedores e Outras contas a Pagar:

1 TRI/23	31/12/22
----------	----------

Print Solução em tecnologia Ltda	93.909,10	0,00
Banestes Seguros S/A	5.350,45	0,00
Charles MKT Assessoria e Treinamento	5.000,00	0,00
Fornecedores e Outras contas a Pagar	104.259,55	0,00

16) Obrigações Fiscais:

	1 TRI/23	31/12/22
IRRF a recolher	35.661,57	79.136,09
Provisão para Imposto de Renda	26.854,87	1.162,09
Provisão para Contribuição Social	11.827,75	697,25
Provisão para PIS	1.192,69	1.811,99
Provisão para COFINS	5.902,59	8.526,33
PASEP/COFINS – CLSS	1.557,62	0,00
IRRF – PJ a recolher	383,09	0,00
Obrigações Fiscais	83.380,18	91.333,75

17) Obrigações Sociais:

	1 TRI/23	31/12/22
INSS a recolher	110.977,24	136.885,63
INSS a recolher – PJ	4.792,29	4.660,62
FGTS a recolher	28.510,88	43.414,49
Obrigações Sociais	144.280,41	184.960,74

18) Provisões de Férias e Encargos:

	1 TRI/23	31/12/22
Provisão para 13º salário	57.124,25	0,00
Provisão para Férias	197.684,19	228.559,20
Provisão para INSS S/Férias	41.105,84	47.589,60

Provisão para FGTS S/Férias	15.814,74	18.284,73
Provisão para INSS S/13º salário	11.996,10	0,00
Provisão para FGTS S/13º salário	4.569,94	0,00
Provisões de Férias e Encargos	328.295,06	294.433,53

19) Outros Passivos Circulantes:

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.

O valor de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento de concessões após publicada a PORTARIA Nº 11/2020.

	1 TRI/23	31/12/22
Cauções	107.206,40	105.089,78
Adiantamento de Clientes	2.175,91	1.220,78
Outros Passivos Circulantes	109.382,31	106.310,56

20) Antecipação de Recursos:

Referente a antecipação de Recursos recebidos da PMV a título de Subvenção para Custeio, o qual aguarda a realização da respectiva despesa, conforme. Item 114 - CPC 47.

	1 TRI/23	31/12/22
Antecipação de recursos	3.081.000,00	4.268.800,00

21) Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, com prognóstico de perda provável, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – Processo nº 022531-48.2019.8.08.0024 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 114.245,03.
- Reclamação Trabalhista – Processo nº 0001086-45.2021.5.17.0010 – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 60.000,00.
- Ação declaratória de nulidade de ato administrativo - Processo nº 5016347- 83.2022.8.08.0024 – provisionado 21,5% da ação, R\$ 92.880,00.

	1 TRI/23	31/12/22
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	114.245,03	114.245,03

Prov. Cont. Trab. Sindicato do	60.000,00	60.000,00
Prov. Cont. Cível – Ecos Eventos	92.880,00	92.880,00
Provisão Para Contingência - PNC	267.125,03	267.125,03

Os processos com prognóstico de perda possível, são:

Ação	Processo	Valor
- Reclamação Trabalhista	Processo n° 0482- 72.2021.5.17.0014	45.000,00
- Ação de cumprimento de fazer (reclamação contra as atividades de exploração - “beach club”- do Quiosque n. 1 de Camburi e cumprimento do contrato de concessão).	Processo nº 0035744- 58.2018.8.08.0024	57.110,29

22) Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	1 TRI/23	31/12/22
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00

23) Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163/2021 e 323/2021 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	1 TRI/23	31/12/22
Ajuste de Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	5.768.065,00

24) Reserva Legal:

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, em seu art. 193, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	<u>1 TRI/23</u>	<u>31/12/22</u>
Constituição de Reserva Legal – AB 2020	15.769,75	15.769,75
Constituição de Reserva Legal – AB 2021	2.717,50	2.717,50
	<u>18.487,25</u>	<u>18.487,25</u>

25) Receita Líquida:

	<u>1 TRI/23</u>	<u>1 TRI/22</u>
Receita Operacional Bruta	5.551.816,35	4.422.543,84
Subvenção econômica	5.258.739,00	4.147.000,00
Concessões	293.077,35	275.543,84
Deduções da Receita	(27.109,65)	(25.487,80)
COFINS	(22.273,88)	(20.941,33)
PIS	(4.835,77)	(4.546,47)
Receita Líquida	<u>5.524,706,70</u>	<u>4.397.056,04</u>

Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626/20, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

Receitas Concessões:

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

Dedução da Receita:

As deduções se referem aos tributos incidentes sobre as Receitas de Concessão.

26) Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	1 TRI/23	1 TRI/22
Despesas com Pessoal (Adm. e Efetivos)	381.224,56	344.955,88
Despesas com Encargos	117.999,88	100.735,47
Despesas com Serviços	3.715.555,98	2.926.855,02
Despesas com Materiais	15.619,73	4.290,74
Despesas com Impostos e Taxas	3.833,23	2.151,00
Provisão de Despesas	167.448,69	177.756,36
Despesas com Pessoal (cedidos)	198.559,87	186.099,40
Despesas Processuais	0,00	1.000,00
Despesas c/ Concessionários	6.568,72	86.157,33
Despesas da Diretoria	643.044,48	460.492,64
Encargos Sociais Diretoria	162.935,94	104.467,61
Despesas não Dedutíveis	3.844,80	54.489,01
Despesas gerais e administrativas	5.402.410,33	4.449.450,46
	1 TRI/23	1 TRI/22
Despesas de Depreciação	24.786,01	21.822,90
Despesas de Amortização	2.814,78	3.101,70
Depreciação e Amortização	27.600,79	24.924,60

27) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa:

O valor apurado foi de R\$ 14.225,58, correspondendo a 10,86% do montante a receber.

CONTAS A RECEBER		%PERDAS ESTIMADAS	PCLD
A VENCER	96.528,11	2,71%	<u>2.615,91</u>
VENCIDAS			
ENTRE 1 A 30 DIAS	22.404,34	10,00%	2.240,43
ENTRE 31 A 60 DIAS	1854,61	20,00%	370,92
ENTRE 61 A 90 DIAS	561,28	30,00%	168,38
ENTRE 91 A 180 DIAS	1.675,33	50,00%	837,67
ACIMA DE 180 DIAS	<u>13.329,72</u>	100,00%	<u>7.992,26</u>
	34.487,82		11.609,67
TOTAL	131.015,93		14.225,58

28) Outras Receitas:

No 1º trimestre de 2023 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

- **Recuperação Despesas** – composto pelos seguintes valores:
- R\$ 604,71 ref. cancelamento de viagem, conforme processo 10100/2022 – Norreno Tours Turismo;
- R\$ 180,59, ref. reversão PECLD conforme pagamento de concessionário Moacir Trancoso;
- R\$ 11,45, ref. restituição encargos financeiros pagos indevidamente;
- R\$ 4,70 ref. devolução valor Liesges – Liga Independente das Escolas de Samba;
- R\$ 1.856,48, ref. regularização de saldo provisão de férias Benedito Modesto.

	1 TRI/23	1 TRI/22
Despesas Recuperadas	4.473,04	87.161,91
Outras Receitas	4.473,04	87.161,91

29) Reversão de Provisões

	1 TRI/23	1 TRI/22
Reversão de PECLD	16.538,69	257.313,02
Reversão de Prov. p/contingências Trabalhistas	0,00	123.667,62

Reversão de Provisões	16.538,69	380.980,62
------------------------------	------------------	-------------------

30) Resultado Financeiro:

No 1º trimestre de 2023 a companhia registrou despesas e receitas financeiras nos seguintes montantes:

	1 TRI/23	1 TRI/22
Despesas Financeiras	(2.546,33)	(5.775,62)
Atualização Monetária	(2.116,62)	(1.732,35)
Despesas Bancárias	0,00	(2.906,59)
Multa e Juros de mora	(429,71)	(1.136,68)
Receitas Financeiras	78.106,31	42.170,18
Receita de Aplicações	77.564,04	7.197,00
Juros de mora	169,34	28.870,96
Multas – Concessão	372,93	6.102,22
Resultado Financeiro Líquido	75.559,98	36.394,56

31) Imposto de Renda e Contribuição Social:

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do trimestral, com vencimento no exercício seguinte.

	1 TRI/23	1 TRI/22
Provisão para Imposto de Renda	11.827,75	22.556,49
Provisão para Contribuição Social	26.854,87	56.656,91
Imposto de Renda e Contribuição Social	38.682,62	79.213,40

32) Eventos Subsequentes:

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recurso Extraordinário nº 949.297, mudando o entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.

A Diretoria da CDTV avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis trimestrais de 31 de março de 2023. Assim, verifica-se a não ocorrência de eventos que possam alterar de forma significativa às Demonstrações Contábeis Trimestrais e as operações da CDTV, até a data de autorização desta emissão, 18/08/2023.

Vitória (ES) 31 de março de 2023.

MARCUS GREGORIO Assinado de forma digital por
SERRANO:08362999 MARCUS GREGORIO
SERRANO:08362999730
730 Dados: 2023.08.21 17:30:41 -03'00'

Marcus Gregório Serrano

Diretor Presidente

DONATILA LIMA Assinado de forma digital
NAVA por DONATILA LIMA NAVA
MARTINS:01729762786
MARTINS:0172976
2786 Dados: 2023.08.21 17:21:46
-03'00'

Donatila Lima Nava Martins

Diretora Adm. Financeira

ALEXSANDER Assinado de forma digital por
CARVALHO ALEXSANDER CARVALHO
NUNES:04561766758
NUNES:04561766758 Dados: 2023.08.21 17:13:06
-03'00'

Alexsander Carvalho Nunes

Contador Comercial

CRC-ES 10.948-O/7